



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA DOS**  
**DIREITOS HUMANOS**

**PARECER FAVORÁVEL Nº 1853/2022**

**REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI - PROCESSO N. 8959/2021**

**RELATOR: DOMINGOS PROTETOR**

**Ementa: INSTITUI O PROGRAMA "ADOTE UMA FAMÍLIA CARENTE" COM AÇÃO DE CIDADANIA NA DOAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DE ALIMENTOS CONTRA A FOME E A MISÉRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

## **I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei apresentado pelo nobre Vereador Gil Magno, por meio do qual institui o programa "adote uma família carente" com ação de cidadania na doação de cestas básicas de alimentos contra fome e a miséria e dá outras providências.

A Comissão de Justiça e Redação exarou parecer favorável à tramitação do presente Projeto de Lei e, agora, o processo está sendo submetido à apreciação da Comissão de Educação, Assistência Social e Defesa dos Direitos Humanos, tendo sido definido como Relator o Vereador Domingos Protetor.

É o relatório.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

Trata-se de Projeto de Lei que tem por fim instituir o programa "adote uma família carente" com ação de cidadania na doação de cestas básicas de alimentos contra fome e a miséria, além de dar outras providências. O Autor do Projeto do Lei justifica que:

*"O presente Projeto de Lei tem como objetivo alcançar os necessitados em situação de insegurança alimentar, promovendo a Justiça Social através da solidariedade entre os cidadãos, amparando as famílias em situação vulnerável, principalmente neste período de pandemia, com doação de cestas básicas de alimentos, por voluntários sendo tanto pessoas físicas como jurídicas, que poderão adotar uma ou mais famílias, doando uma ou mais cestas básicas, ou o que puder, não importando a quantidade, já que a finalidade é buscar a empatia da sociedade, considerando as restrições de alimentação que muitas famílias estão submetidas. (...)"*

De início, cumpre observar que a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Petrópolis/RJ (Lei n.º 025, de 10/10/2012) trazem em seu bojo a competência do Município para legislar sobre interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber. Assim, prescrevem o art. 30, incisos I e II e art. 16, § 3.º, respectivamente:

*"Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (...)"*

*"Art. 16. Compete ao Município, na promoção de tudo quanto respeite ao interesse local e ao bem-estar de sua população: (...)"*

*§3º As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atendam ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população e não conflitem com a competência federal e estadual.(...)”*

Portanto, o objeto da proposição em análise encontra-se no âmbito da competência do Município de Petrópolis.

Ademais, a justiça, a solidariedade, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais são objetivos da República Federativa do Brasil. Assim preceitua o artigo 3.º, incisos I e III de nossa Carta Magna:

*“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:*

*I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;*

*(...)*

*III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;*

*(...)” (grifo nosso)*

Importante também que não passe despercebido que a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos de nossa República, senão veja-se:

*“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:*

*(...)*

*III - a dignidade da pessoa humana;*

*(...).”*

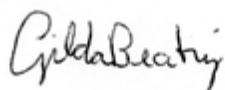
Neste sentido, louvável a preocupação do Ilustre Vereador Gil Magno em propor Projeto de Lei que cria programa com o objetivo de diminuir a fome e a miséria em nosso município visto que, em suas palavras: **“(...) A criação do Programa Adote uma Família Carente envolve praticamente a sociedade como um todo e ameniza a fome de muitas pessoas em situação de risco social. (...)”**

Portanto, estando a proposição legislativa em comento, do nobre Vereador Gil Magno, em conformidade com a Constituição Federal e, diante da importância da matéria proposta e todos os benefícios que a mesma trará ao Município de Petrópolis, opina-se favoravelmente ao Projeto de Lei nº 8959/2021.

### III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à tramitação do Projeto de Lei nº 8959/2021.

Sala das Comissões em 15 de Fevereiro de 2022



GILDA BEATRIZ  
Vice - Presidente



DOMINGOS PROTETOR  
Vogal